representacoop

relações institucionais

INFORME
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

[semanal]

IRP Nº 156

05 a 09 de agosto de 2024

SistemaOcepar
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

Indicadores político-institucionais

A informação é um recurso valioso em todo o ambiente corporativo moderno. Da mesma forma que gestores de setores econômicos, financeiros e das áreas de mercado tem à disposição dados organizados em índices e indicadores metodologicamente orientados para a tomada de decisão, na política não é diferente. Os indicadores de desempenho político-institucional podem oferecer uma noção racional e ampliada do ambiente político, e subsidiar ações profissionalmente orientadas no campo da representação.

Uma das informações mais relevantes quando falamos de desempenho político-institucional é a **governabilidade.** Esse conceito tão amplo, pode ser entendido como a capacidade dos Presidentes de aprovar uma agenda de políticas no legislativo, mas também, como a sociedade observa políticas implementadas pelo governo por meio de índices de avaliação da gestão governamental. Podemos ainda, incluir a relação dos Presidentes com o Poder Judiciário, variável que tem ganho cada vez mais relevância no sistema político brasileiro.

A edição deste informe reforça indicadores em pelo menos 3 variáveis basilares possíveis para se avaliar o desempenho dos governos e o funcionamento das instâncias de decisão política no primeiro semestre de 2024: a avaliação e popularidade da gestão; a relação Executivo-Legislativo; e o funcionamento do Legislativo.

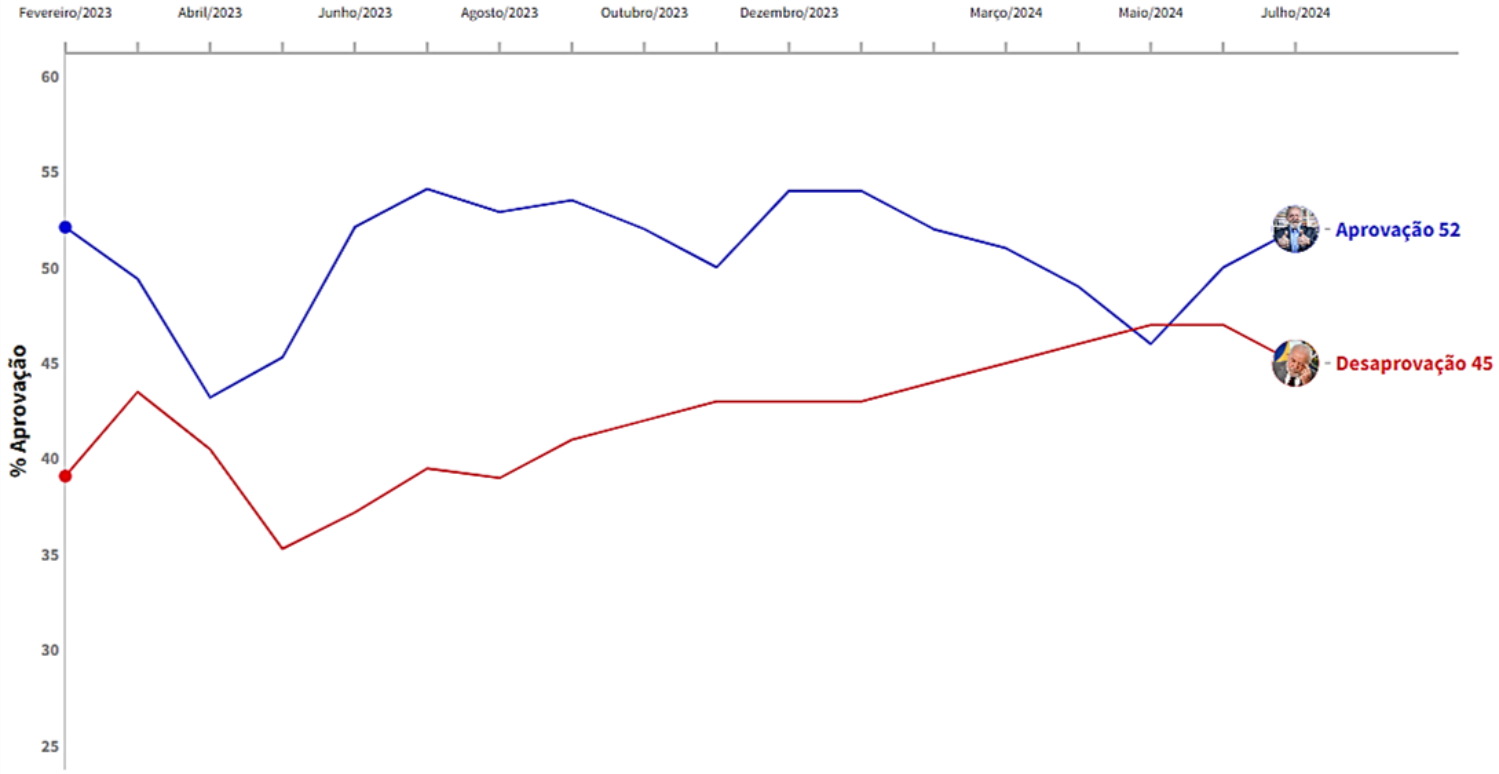
Os índices de **Popularidade** serão apresentados por meio de uma metodologia do acúmulo de pesquisas de avaliação popular do governo. Já o desempenho da **Relação Executivo-Legislativo**, pode ser medido pelo Basômetro (um indicador de adesão governamental no plenário da Câmara), pelo índice de Governismo dos partidos-legislativos. O funcionamento do Legislativo será mensurado pela Taxa de Consenso, a Disciplina dos Blocos Partidários/federações/partidos legislativos.

Boa leitura.

AVALIAÇÃO GOVERNAMENTAL

PESQUISA DE AVALIAÇÃO

Gráfico - Acumulador de pesquisas de avaliação presidencial (Fev. 2023 – Jul. 2024):



Fonte: GETEC/OCEPAR, com base na média dos institutos: Data Folha, IPEC, IPESP-DATA, Paraná Pesquisa, Data Poder.

Acesse aqui a versão interativa do acumulador de pesquisas.

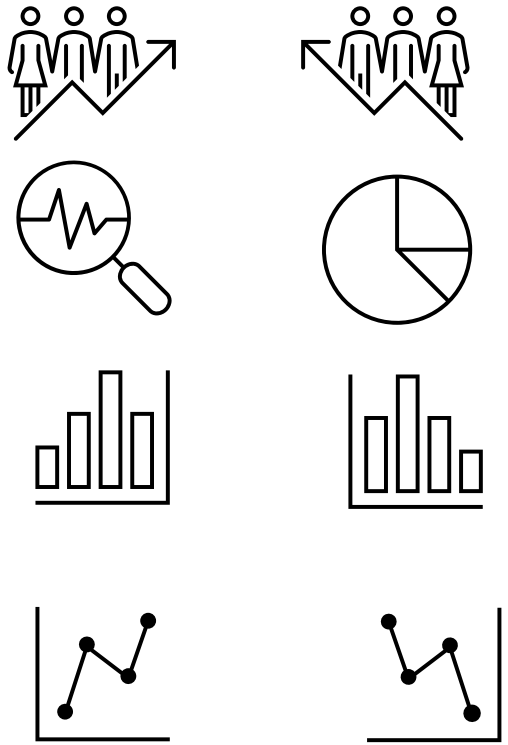
O QUE DIZEM AS ANÁLISES SOBRE A AVALIAÇÃO DO GOVERNO

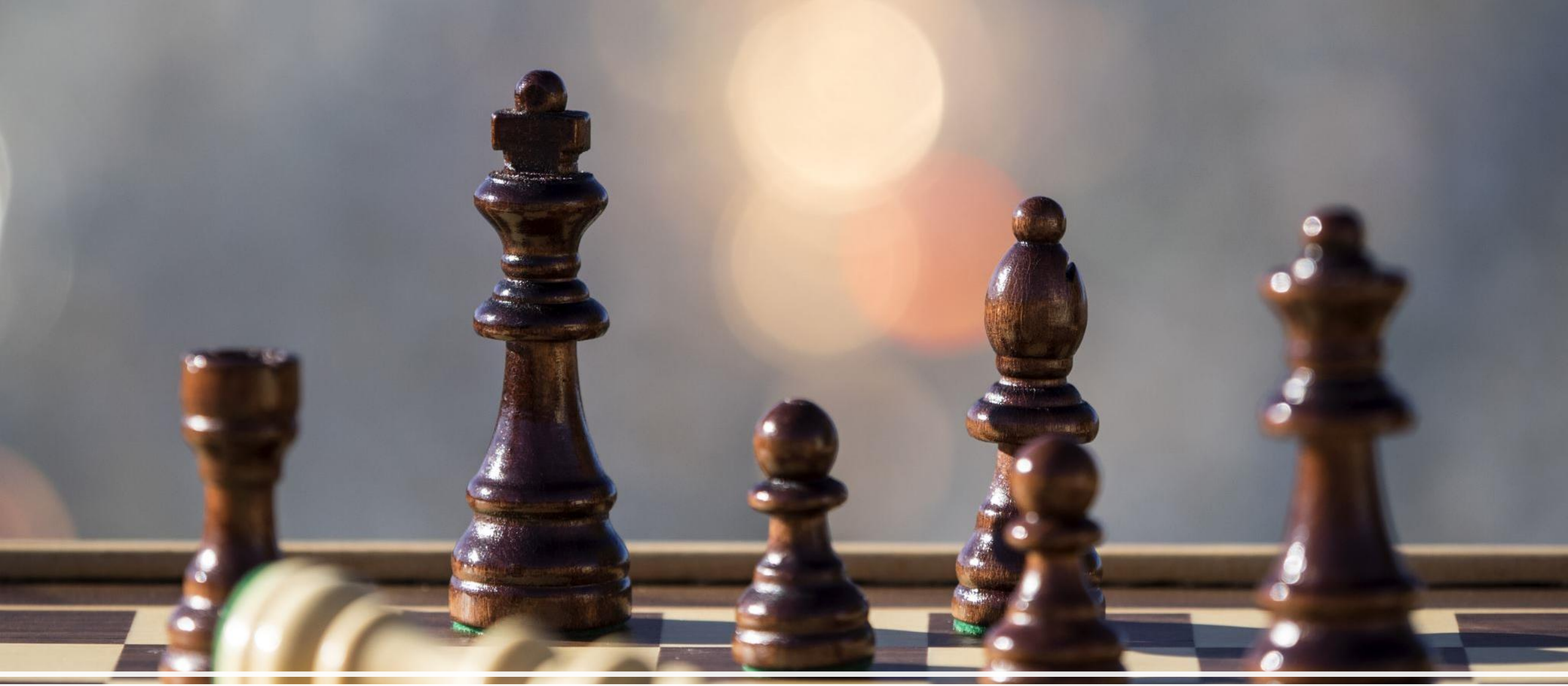
Depois de um período em que a **avaliação negativa superou a positiva entre abril e maio**, pressionando a posição do Secretário de Comunicação da Presidência, Deputado Paulo Pimenta (PT-RS), **a avaliação positiva do governo voltou a subir em junho.**

As pesquisas mostram que **a avaliação negativa do governo é maior entre homens do Sul e Sudeste e entre evangélicos, com uma leve queda entre homens católicos em abril e maio**. Alguns analistas avaliam que isso ocorreu após a oposição assumir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e passar a analisar projetos da pauta moral. A falta de estratégia do governo para conter as pautas indesejáveis na comissão fez com que o oposição dominasse a discussão da agenda nacional em alguns temas.

O governo respondeu com a **campanha direcionada ao público religioso intitulada "Fé no Brasil".** A campanha se baseou em **encontros de Lula com líderes e influencers religiosos no Palácio do Planalto**. Por outro lado, analistas avaliam que a oposição perdeu a mão na estratégia das pautas bombas comprometendo o posicionamentos da Câmara enquanto instituição e a imagem do presidente Arthur Lira mediante a mídia tradicional e órgãos internacionais.

Com dois meses de crescimento na avaliação positiva, **o governo busca manter essa tendência**, enfrentando uma campanha negativa contra o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. As reposta do governo aos memes e a críticas diretas de determinados setores econômicos foi realizando críticas em bloco e diretas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, culpando-o pela ausência de números positivos na economia indicando altas taxas de juros como causa.





GOVERNISMO E RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO

EPISÓDIOS DA RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO

O governo enfrenta **desafios na relação com o legislativo**. Alguns episódios merecem destaque nesta relação:

1. A presidência da CCJ

A CCJ tem papel de protagonismo no processo legislativo por ser a comissão responsável pela análise se constitucionalidade dos projetos de lei, razão pela qual todas as propostas são submetidas à sua deliberação. Neste ano, a presidência da CCJ passou a ser exercida pela oposição, fator que influencia diretamente a pauta de deliberação da comissão, determinando, por isso, grande parte da agenda legislativa

2. Eleições Municipais de 2024

O processo eleitoral de 2024 também é uma variável que impacta relação Executivo-Legislativo. Como a base do governo é muito ampla e heterogênea, em muitos casos os partidos da coalizão vão se enfrentar em pleitos eleitorais estratégicos em todo território nacional. Segundo pesquisas do Data Poder, União Brasil e PL lideram a lista de partidos com o maior número de candidatos em municípios com mais de 200 mil habitantes, enquanto o PT deve adotar estratégia diversa, deixando de assumir o protagonismo com chapa própria em vários cenários e indicando o candidato a vice em grandes colégios eleitorais do país.

3. Presidência da Câmara e do Senado

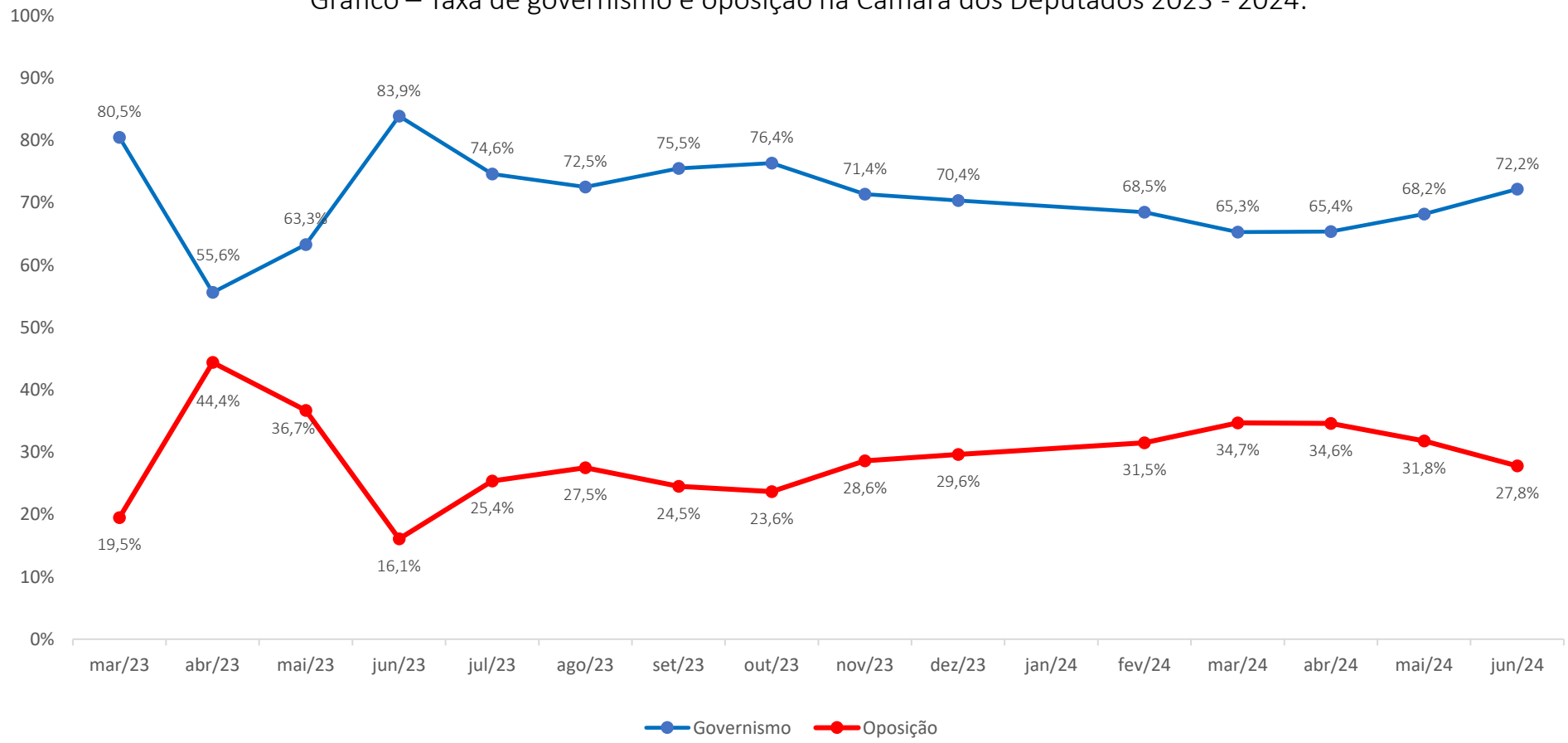
As eleições para a sucessão dos atuais presidentes da Câmara e do Senado, que encerram seus mandatos no segundo semestre, é um assunto divide e muito os partidos legislativos. Estas discussões impactam diretamente a relação do governo federal com o Legislativo.

4. **Emendas parlamentares tem preocupado o governo**.

Com um protagonismo cada vez maior do congresso sobre o orçamento, por meio das emendas impositivas, o Executivo vem perdendo o controle sobre a discricionaridade da liberação de emendas. A questão é que por muito tempo essa discricionaridade serviu como ponto crucial da manutenção da governabilidade no país. Após o anuncio de corte de recursos feitos pela Ministra Simone Tebet e pelo Ministro Fernando Haddad em julho, houve resistência por parte dos congressistas em incluir as emendas parlamentares no contingenciamento.

TAXA DE GOVERNISMO

Gráfico – Taxa de governismo e oposição na Câmara dos Deputados 2023 - 2024:



Fonte: GETEC/OCEPAR, com base nos dados abertos da Câmara dos Deputados.

GOVERNISMO E AS EMENDAS PARLAMENTARES

Desde o início do ano até o final de abril, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia **desembolsado R$ 3,4 bilhões em emendas**. Em maio, esse número aumentou, com a **liberação de mais R$ 9,4 bilhões**. Apesar disso, sofreu **derrotas importantes no Congresso**. Esse cenário **contrasta com o ocorrido em 2023**, quando o empenho recorde de emendas às vésperas da votação da Reforma Tributária resultou em um **aumento das taxas de governismo**, que se manteve nos meses seguintes.

Este ano, depois que a oposição emplacou a presidência da CCJC e passou a ditar parte da agenda legislativa da Câmara, o **governo teve dificuldades para disciplinar a bancada de partidos aliados**, mesmo com o robusto pagamento de emendas. Como foi possível observar no quadro ao lado, **partidos como Republicanos, PP, MDB e União Brasil, que fazem parte da base**, entraram na faixa amarela de adesão ao governo, ou seja, **menos de 70% da bancada tem aderido à indicação do líder do governo.**

Alguns analistas avaliam que esse é **resultado de um processo de fortalecimento do Congresso**, que vem ocorrendo nas últimas décadas, principalmente por conta da **adoção de emendas impositivas** e mudanças no regimento interno. Por outro lado, também há uma **maior participação deputados e partidos legislativos na definição da agenda legislativa**, antes praticamente dominada pelo Poder Executivo.

Ao mesmo tempo que as **emendas são um importante fator de negociação na relação Executivo-Legislativo**, há um intenso movimento **exigindo transparência com relação as chamadas "Emendas Pix"**. Dois movimentos simultâneos no judiciário e no legislativo vão estudar medidas para **tornar mais transparente o processo de emenda ao orçamento**, como também **estudar a efetividade da alocação destas**.

Ranking de governismo dos partidos políticos:

Fed. PT/PCdoB/PV - 98,5% PSB - 96,2% Fed. PSOL/ REDE - 92,6%
AVANTE – 88,5 % PDT – 86,8 % SDD – 82,6 %
PSD - 72,9 % PODE – 71,9 %
REPUBLICANOS - 68 % MDB 67,5 % PP 65,3 % Fed. PSDB/CIDA – 65,1 % UNIÃO – 60,2 %
PL – 29,9% NOVO – 23,9%

Fonte: GETEC/OCEPAR.

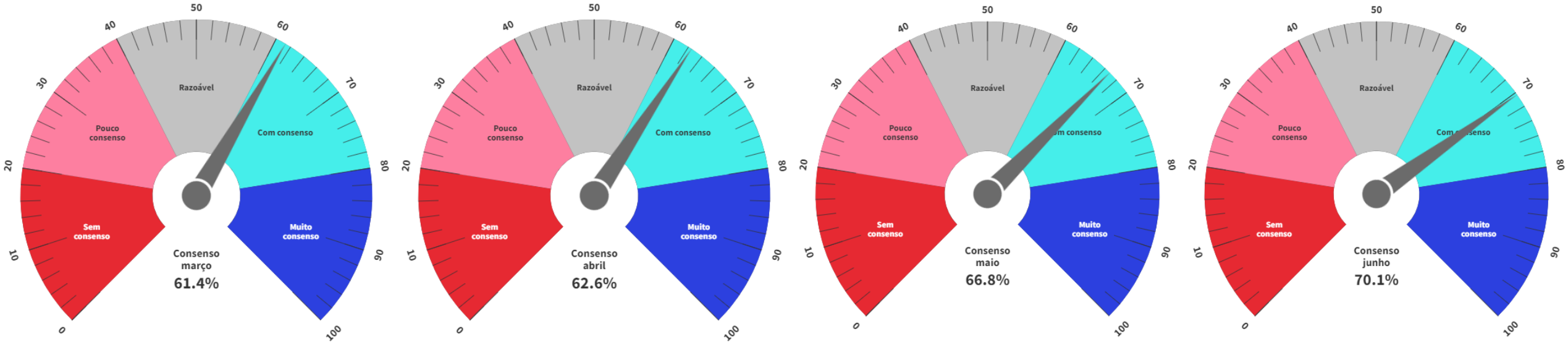
FUNCIONAMENTO DO LEGISLATIVO

CONSENSO LEGISLATIVO

Para que projetos de lei se transformem em políticas públicas, são necessários acordos majoritários para mudança do *status quo* no plenário da Câmara. Assim, o consenso legislativo é essencial para o bom andamento dos trabalhos e na transformação da agenda em políticas. Na ausência de consenso prevalecerá a paralisia decisória. Em 2024 o governo apresentou dificuldades para encontrar o consenso no início do ano legislativo, mas entre março e junho o índice evoluiu atingindo a média do primeiro ano de 70% de consenso no parlamento:

O gráfico abaixo mede a temperatura do consenso legislativo do último quadrimestre na Câmara dos Deputados:

Gráfico - Grau de consenso legislativo na Câmara dos Deputados do entre março e abril de 2024:



Fonte: GETEC/OCEPAR

Fonte: GETEC/OCEPAR

DISCIPLINA DOS PARTIDOS

Os partidos não são apenas instrumentos eleitorais. Sua faceta legislativa organiza a ação dos 513 parlamentares no complexo ambiente legislativo. Essas instituições são responsáveis por racionalizar minimamente a alta demanda dos trabalhos legislativos, organizar a agenda dos trabalhos, assim como gerar certa previsibilidade nas votações disciplinando suas bancadas. Um legislativo funcional em uma democracia, conta com partidos altamente disciplinados nas votações em plenário. Por isso, a disciplina dos partidos e do blocos parlamentários é um bom indicador do funcionamento do legislativo.

Os gráficos a seguir medem a disciplina dos partidos de acordo com a % de vezes que seus parlamentares seguiram a orientação do líder do partido ou bloco:

Gráfico - Disciplina dos Partidos e Federações nas votações da Câmara dos Deputados (2024):

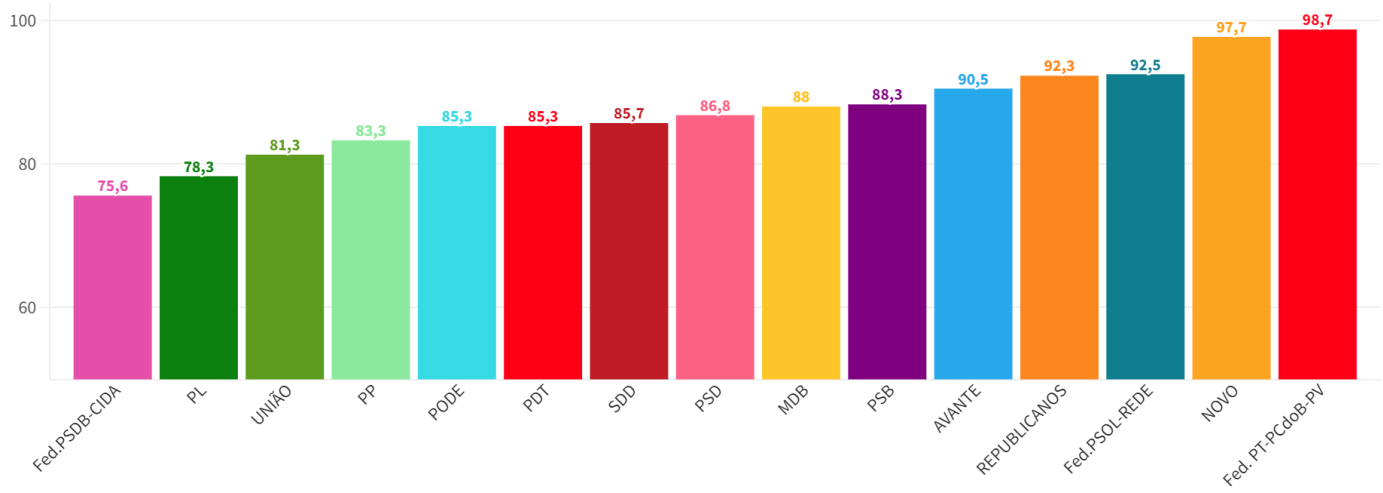
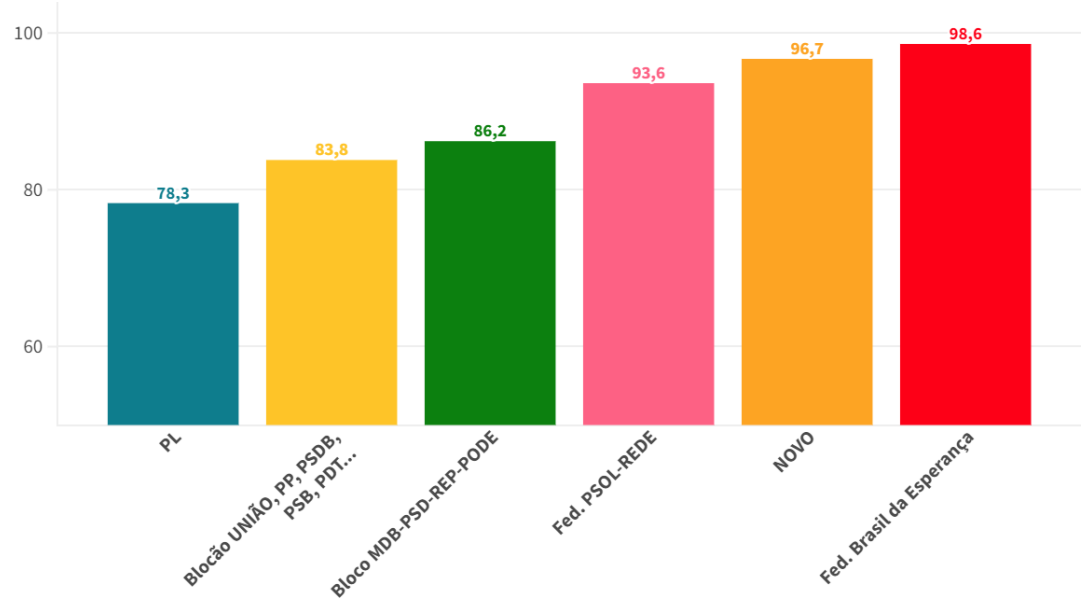


Gráfico- Disciplina dos Blocos parlamentários nas votações da Câmara dos Deputados (2024):



Fonte: GETEC/OCEPAR, com base nos dados abertos da Câmara dos Deputados.